



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 84

IV Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 8 de Outubro de 2007

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

Sessão Solene

**por ocasião da visita de Sua Excelência o Presidente da República à Região
Autónoma dos Açores**

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 45 minutos)

Após a chamada dos Srs. Deputados, a sessão foi suspensa para recepção dos convidados.

Reiniciada a sessão, proferiram intervenções os Srs. Deputados Artur Lima (CDS/PP), Clélio Meneses (PSD), Francisco Coelho (PS), Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e sua Excelência o Presidente da República.

(Os trabalhos terminaram às 17 horas e 15 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares para procedermos à chamada.

Eram 15 horas e 45 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernanda Correia Garcia Trindade

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hélder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria Fernanda da Silva Mendes

Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de **Matos**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Osório Meneses da **Silva**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**

Alberto Abílio Lopes **Pereira**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Maria da Silva **Gonçalves**

António Pedro Rebelo **Costa**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António da Silveira **Jorge**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Manuel Avelar **Nunes**

José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

Luís Henrique da **Silva**

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Presidente: Estão presentes 49 Srs. Deputados.

Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos para recepção dos convidados.

(Neste momento os trabalhos foram suspensos para recepção dos convidados).

Presidente: Em nome de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, declaro aberta esta sessão solene.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima, do CDS/PP.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Senhor Presidente da República, Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Senhor Representante da República, Senhor Presidente do Governo, Senhor Ministro da Presidência, Senhores Deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, Senhor Bispo de Angra, Excelência Reverendíssima, Excelentíssimas Autoridades Judiciais, Civis e Militares, Senhora e Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados, Ilustres Convidados:

Os Açores, aqui no meio do Atlântico, conferem ao nosso País uma dimensão geográfica considerável; mas não conta apenas a terra firme, como principalmente a situação estratégica que tanto valoriza a importância de Portugal no contexto das nações.

A Presidência da República está lá longe, num fuso horário diferente. Mas o Presidente da República quis aqui vir, quando pouco tempo passou depois da sua tomada de posse, dando corpo ao seu compromisso de “Presidente de todos os Portugueses” e ao propósito de estar atento às preocupações e anseios de todos os concidadãos.

Seja bem-vindo, Senhor Presidente da República.

O CDS-PP quer manifestar a satisfação pela visita, a esta que é a casa de todos os açorianos, porque o local de trabalho dos representantes do Povo dos Açores.

É neste primeiro órgão de governo próprio da Região, que, no dia a dia, se fortalece a democracia, que a restauração da liberdade veio permitir; onde se concretiza, passo a

passo, a autonomia que a Constituição veio a consagrar, reconhecendo a justiça da luta que os nossos antepassados iniciaram há mais de um século.

Este ambiente é já de pluralismo, que comporta confronto democrático de ideias e de alternativas, mas também fiscalização e controle da actividade governativa. Aliás, o pluralismo é essencial para uma vivência sã da democracia e tem provas dadas, nomeadamente nas autarquias e em particular nos seus órgãos executivos, onde é indispensável conservá-lo.

A actividade parlamentar começa por ser consequência do número de deputados eleitos por cada força política, mas também é muito marcada pelo estilo, pelas propostas e pelo trabalho de cada formação, que muitas vezes não correspondem ao seu peso relativo. Quantos são os exemplos, na ainda jovem democracia portuguesa, de forças políticas eleitoralmente mais modestas defenderem projectos grandiosos e apresentarem propostas que evidenciam que o seu peso ideológico e de realização é bem maior, que o resultado que lhes foi confiado nas urnas.

Consideramos que nem a existência de uma maioria absoluta aconselha a que se faça oposição pela oposição. A linha que o CDS-PP aqui tem seguido é a de exigir cumprimento do programa que a maioria submeteu ao eleitorado, foi sufragado e aprovado por esta Assembleia.

Percebemos que perante o ambiente de crise que afecta as instituições, principalmente as de natureza política, só é possível acreditar a política fazendo uma oposição selectiva e construtiva, que envolva, como temos vindo a fazer, a apresentação de projectos e propostas responsáveis, úteis aos destinatários, viáveis e capazes de merecer a aprovação, como tem aliás acontecido com algumas.

Se é verdade que as maiorias absolutas envolvem riscos, sobretudo quando os deputados que as apoiam não são tão exigentes quando era sua obrigação, é indiscutível que a oposição – para ser uma boa oposição – tem de ser multipartidária. Aliás na nossa Região, através da proposta, posterior aprovação e justa promulgação da nova lei eleitoral, existem agora mais sólidas razões para garantir a manutenção futura de uma assembleia legislativa com uma representação parlamentar plural, ao que acresce a virtude de a nova lei tornar mais justa a conversão dos votos em mandatos.

Não obstante o esforço que tem sido realizado pelos diversos órgãos de governo próprio, graças ao instrumento de progresso que é a autonomia, com estabilidade, ao longo destes últimos trinta anos e tendo também em conta o que tem sido levado a cabo pelos municípios e freguesias, continuam a tolher-nos bloqueios e condicionalismos da insularidade. Acresce que muitas das potencialidades que temos ainda não foram, ou não estão conveniente ou integralmente aproveitadas. O Senhor Presidente da República, nesta sua vinda aos Açores, detentor da responsabilidade de promover a unidade do Estado, confirmará que mantemos a condição de Região ultraperiférica, necessitada de meios especiais e apoios extraordinários.

Os açorianos sabem que são portugueses dos melhores e por isso esperam solidariedade, para que aqueles que livremente escolheram para os governarem, possam realizar melhor aquilo que é necessário fazer em prol do desenvolvimento económico e social desta nossa terra.

Senhor Presidente da República:

Sempre dissemos, e ora repetimos, que enquanto a autonomia não for entendida como um projecto nacional, não há revisões constitucionais que nos valham e é por isso que ansiamos que a vossa vinda aos Açores possa contribuir para isso.

A revisão constitucional de 2004 voltou a abrir novos caminhos às autonomias. Pela parte dos Açores estamos todos há muito a trabalhar afincada e responsabilmente na revisão do nosso Estatuto Político-Administrativo, que é um instrumento indispensável para em autonomia realizar Portugal aqui. Isto porque há gente nos Açores – como escreveu Vitorino Nemésio – “(...) durázia e insistente. O tempo escreve-lhe na pele como em papel pautado. As caras encortiçadas vão fechando o segredo de viver, os olhos vão-se orlando de resistência e duração”.

Ultrapassamos neste Parlamento as nossas diferenças, fizemos consenso no essencial, que temos ido alargando às demais forças políticas com expressão regional e à comunidade. Fizemos obra colectiva na busca de melhores e novas ferramentas para trabalhar.

Há açorianos que hoje, tal como o Deputado Mont’Alverne de Sequeira, há um século, desejam saber se agora e cito “fica tudo em projectos, segundo os costumes do reino, ou se, realmente, desta vez, seremos atendidos, como é de justiça e o

devemos ser”. É que não seria aceitável que os deputados constituintes, quando forem chamados a trabalhar sobre a proposta açoriana de Estatuto, não confirmassem as boas intenções que afirmaram na última revisão da Constituição.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, que reconheceu que as autonomias regionais são “realizações frutuosas da nossa democracia”, com a sua magistratura, em matéria de Estatuto, bem antes da sua decisão final, poderá desenvolver uma cooperação estratégica essencial, apadrinhar uma salutar convergência de esforços e favorecer consensos decisivos. Pelos Açores, mas por Portugal.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses em representação do Partido Social Democrata.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sua Excelência Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Senhor Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, Senhor Presidente do Governo, Senhor Ministro da Presidência, Senhores Deputados à Assembleia da República, Senhor Bispo de Angra, Excelência Reverendíssima, Senhoras e Senhores Deputados, Srs. Membros do Governo, Autoridades Oficiais, Civis e Militares, Senhoras e Senhores Convidados:

Reúne-se o órgão máximo da Autonomia, em sessão solene, para receber Vossa Excelência, Senhor Presidente da República.

Esta visita de reconhecimento da Autonomia, e de conhecimento concreto das capacidades e dificuldades dos Açores deste tempo, assume tanto mais significado quanto não se destina a assinalar qualquer efeméride ou acontecimento especial, daquelas datas em que a presença é quase como que e apenas o cumprimento de uma obrigação.

Pelo contrário, a presença de Vossa Excelência nos Açores, por sua iniciativa e com os objectivos enunciados, assenta no cumprimento do papel da primeira figura do

Estado no desenvolvimento da Autonomia, reforçado com a última revisão constitucional.

Bem haja por isso, pela iniciativa e pelos propósitos.

Fazer com que veja e sinta a Autonomia e a realidade açoriana pelos nossos olhos e pela vida dos açorianos é um desafio para todos nós.

Este momento, na casa da Democracia dos Açores, deve servir exactamente para isso.

Para que os representantes dos açorianos lhe façam chegar a percepção e o projecto de sociedade que cada um tem sobre o Presente e para Futuro da Região, na diferença em que assenta a realidade arquipelágica e na pluralidade de que vive a própria democracia.

É por isso mesmo, e não pelo mero cumprimento formal de obrigações regimentais, que as três forças políticas representadas no parlamento dos Açores, para além do seu Presidente, tomam a palavra e assumem perante Vossa Excelência as suas legítimas posições políticas. É assim que vemos esta oportunidade.

Foi, aliás, esse o repto de Vossa Excelência nas suas primeiras palavras nos Açores.

Considerando o actual enquadramento político da Região e a propensão clássica das maiorias para sobrelevar e propagandear aspectos positivos, poderia haver, pelo nosso lado, a tendência para começar pelos problemas. Porém, sendo o PSD um partido mais de alternativa do que de oposição, vamos começar pelas capacidades, pelas forças, por aquilo que podemos dar e não por aquilo que exigimos ou de que nos queixamos.

Qualquer abordagem à realidade açoriana, nas suas diversas dimensões, histórica, cultural, sociológica ou económica, terá de sustentar-se na dimensão universal destas ilhas, nos cruzamentos dos Açores com a História da Humanidade e nas capacidades dos açorianos para excederem os seus limites e horizontes, marcando com realizações as suas passagens pelos quatro cantos do mundo, onde hoje há tantos e tantos originários e descendentes das ilhas a criar progresso que orgulha a terra mãe.

É, assim, tanto pelas gentes como pela terra que os Açores e os Açorianos se afirmam superando dificuldades e realizando sonhos.

No poder que a terra concede aos homens e na força que estes dão ao Mundo.

E os Açores têm esta particularidade singular: a Terra é o Mar, confundem-se os elementos no vigor e na abundância da natureza.

O Mar que somos, que traz, que leva, que foi, é e será elemento decisivo da evolução da humanidade.

Sempre pelo Mar estivemos nas rotas de impérios e domínios do planeta, na Economia e na geo-política.

Hoje, o Mundo está rendido ao Mar, daqui por dois dias é aprovada a nova política marítima europeia.

É, sobretudo, pelo Mar que podemos contribuir para o progresso e para a Paz no Mundo.

Gervásio Lima, na sua Pátria Açoriana, exclamava que *“aos Açores deve o Mundo a desvendação dos mares que a outros mundos conduziram”*.

Ernesto do Canto escrevia: *“foi a descoberta dos Açores e a sua colonização que incitando a observações, elevaram a náutica, de simples navegação costeira, às alturas duma sciencia exacta”*.

Na História que a Geografia nos concedeu está marcada a letras de aventura, sonho, conquista, dor, mar e Mundo a saga que nos identifica como Povo.

O nosso território, que para muitos é limitativo do nosso desenvolvimento, só é efectivamente potenciado na nossa relação com outras terras, de forma aberta, assumindo com desassombro o contributo que podemos dar a outros espaços a que pertencemos.

Contributo em muitas e diferentes áreas, mas que, como muito bem diagnosticou Vossa Excelência, assume particular significado ao nível da investigação científica em que nos podemos assumir como laboratório natural do Planeta, ou ainda num dos sectores mais influentes dos equilíbrios políticos e ambientais do Mundo como é a Energia.

Mas o retrato das ilhas não tem só uma cor. Tem as cores das conquistas e dos sonhos, mas tem também os tons das dificuldades sentidas pelas pessoas nas suas vidas e famílias.

E o fim único da Política só é, só pode ser, a Pessoa.

Tudo o mais são apenas meios de alcançar o Bem Comum. A democracia, a autonomia, as instituições e os seus titulares são apenas instrumentos de promoção das Pessoas.

Por isso, hoje, nos Açores, é preciso conhecer as dificuldades que vivem os açorianos e encontrar políticas dirigidas às pessoas e aos seus problemas.

Sem querer – nem ser este o momento adequado – fazer um balanço da governação da Região, constata-se que, hoje, nos Açores há muitos açorianos com dificuldades no acesso aos cuidados de saúde e ao emprego. No domínio da Educação não atingimos os resultados desejados. Não produzimos nem criamos a riqueza que os meios comunitários postos ao nosso dispor exigiriam. Há uma excessiva dependência relativamente aos poderes públicos. Temos um grave problema demográfico expresso na tendência de desertificação da maioria das ilhas, com a dificuldade de fixação de gente e de dinâmicas sociais e económicas.

Há, assim, na nossa perspectiva, falta de resultados na vida das pessoas, perante os milhões que nos têm sido concedidos pela Europa.

Devíamos estar mais próximos das médias europeias de desenvolvimento, das quais nos temos vindo a afastar nos últimos anos.

É, por isso, necessária uma outra e diferente forma de fazer Política. Para as Pessoas, para a sua realização e para a promoção das suas capacidades.

Perante capacidades e problemas temos desafios políticos permanentes, em especial na nossa relação com o Estado.

Desde logo, o processo de revisão estatutária em curso, cujo consenso alcançado nos Açores é uma garantia da força e da valia da proposta açoriana, esperando-se do Estado a assunção desta visão da Autonomia que não é mais do que o aprofundamento e desenvolvimento do movimento autonómico iniciado com arrojo e brilhantismo em 1976 e que deverá ser continuada em futuras revisões constitucionais.

A necessidade de revisão da actual Lei de Finanças Regionais que sempre mereceu da nossa parte uma clara discordância, onde quer que nos encontremos.

E, finalmente, o desafio da integração europeia consubstanciado no Futuro Tratado, e na necessidade de afirmar com eficácia os interesses dos Açores, conforme Vossa

Excelência bem conhece. Pois, não esquecemos o papel decisivo como Primeiro-Ministro de Portugal, num momento singular da autonomia, com a consagração do estatuto da ultraperiferia em Dezembro de 1988 em Rodes.

Por tudo isto, Senhor Presidente da República, o seu papel é fundamental na relação da Autonomia com o Estado, na promoção da afirmação dos Açores, dos seus valores e interesses, mas também na participação e acompanhamento permanente das dinâmicas insulares.

Porque a Autonomia é uma forma de concretização da Democracia tanto quanto os Açores são um modo de realização de Portugal.

A Autonomia que não é, nem nunca será, um processo acabado, porque tem tanta vida quanto foi o meio político encontrado para promover melhores vidas para os portugueses destas ilhas.

Sintam todos os portugueses, como escrevia há cerca de um século o poeta e cidadão do mundo Afonso Lopes Vieira: *“Os Açores! Bastiões marinhos de Portugal que no Atlântico adiantam a alma da mãe pátria”*.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS/PP e dos Convidados)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho, do Partido Socialista.

Deputado Francisco Coelho (PS): Senhor Presidente da República, Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Excelência, Senhor Representante da República, Senhor Presidente do Governo, Senhor Ministro da Presidência, Excelência Reverendíssima, Sr. D. António, Bispo de Angra, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Demais Autoridades, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Quis Vossa Excelência, Senhor Presidente da República ter a bondade de duplamente nos distinguir: na concretização desta visita oficial às Autonomias, começando pelos Açores, primeiro; e querendo ouvir os representantes eleitos do nosso Povo, tomando assim hoje a presidência desta Assembleia.

Que seja pois muito bem-vindo a esta sua Casa – que é a Casa-Mãe da Autonomia, por isso mesmo sendo Casa Portuguesa, com certeza, pois a descentralização autonómica é indubitavelmente, ao nível político-institucional e de desenvolvimento, um dos maiores sucessos do Portugal Democrático, embora o milagre democrático sempre permita, e ainda bem, que alguns dancem nos glórios e possam carpir nas sessões festivas.

É que para nós, açorianos, Autonomia e Democracia são conceitos indissociáveis, não só pela sua contemporaneidade, mas sobretudo porque aqui não lobrigamos forma de uma se concretizar desaparelhada da outra.

Os açorianos viram chegar o desenvolvimento e a liberdade; a participação cívica e a solidariedade social; as infra-estruturas e a preservação do seu património; o aumento sustentado do seu nível de vida e a auto-consciência da sua identidade – com a Democracia e a sua Livre Administração, Política, Legislativa e Administrativa. Velhas mas sempre renovadas aspirações que Abril quis cumprir. Num percurso singular, só possibilitado aos arquipélagos insulares.

Talvez essa singularidade seja, aliás, mais uma das possíveis explicações para a manutenção de dúvidas, que teimam em dissipar-se; de desconfianças, que a lonjura ajuda em fazer persistir; de reservas, que o anti-ciclone tem dificuldade em afastar.

O desconhecimento, e a correlativa insegurança por ele gerada, sempre foram torres gêmeas da tradição centralista reforçada pela inércia. Que sempre viram (e por vezes ainda vêm) numa pequena divergência a trama de um cisma; no trilhar de um caminho alternativo a via inexorável de uma secessão e num pequeno sucesso causa bastante para um grande despeito.

Por isso mesmo há que cultivar, incessante e inexoravelmente, o espírito descentralizador e autonómico, como seiva revigorante do Portugal Democrático. Sempre e sempre.

Não realizará, assim, o espírito desse Portugal Democrático uma postura autonómica amovível que, qual fato domingueiro, se vista em dias de Festa ou outras missas da República, como aquando da revisão formal dos cânones constitucionais, ou noutros momentos marcantes do nosso futuro colectivo.

Precisamos e exigimos que os princípios enformadores da descentralização e da autonomia sejam a pele do regime democrático vigente e daqueles que, em cada momento, corporizam os órgãos de Soberania. Impõe-se assim, incansavelmente, prosseguir com a pedagogia democrática, e perseverar na vigilância atenta e implacável à criadagem burocrática, seja num hospital do continente, a respeito do cartão de utente de saúde de um açoriano, seja numa farmácia de Lisboa, ou mesmo à borda de qualquer balcão da TAP. Até porque a Lei, que também se impõe aos privados, como acto de vontade e de progresso, foi e é a principal arma e principal instrumento da República.

Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Representante da República, Senhor Presidente do Governo, Senhor D. António, Senhor Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Para além dum conjunto muito vasto de obras materiais, que continuam a transformar os Açores e se consubstanciam em desenvolvimento, qualitativo e sustentado, para os açorianos, e que V. Exa., Senhor Presidente da República, já teve com certeza oportunidade de constatar e disso dar público testemunho, têm vindo os órgãos de Governo Próprio, no presente mandato, a conceber, negociar e conquistar um conjunto de instrumentos jurídico-institucionais de grande alcance, num ímpeto de garantia da sustentabilidade financeira e do aperfeiçoamento organizatório e funcional da nossa Autonomia.

Ao nível financeiro, nunca é demais relembrar a bem sucedida negociação e correspectiva aceitação das verbas atinentes ao IV Quadro de Programação Financeira da União Europeia destinadas aos Açores, quer ao nível dos montantes conseguidos, que temos por muito satisfatórios, quer ainda no respeitante ao substancial alargamento da auto-determinação política sobre a globalidade dessas verbas. Esperemos agora que seja apenas ruído de alguma comunicação social a notícia recente de que os Fiscais da Fazenda já salivam gulosamente na anteperspectiva do bolo financeiro de alguns programas, a modos que numa confirmação que são discípulos de Mateus, mas antes da respectiva conversão. A nossa esperança foi, felizmente, hoje confirmada, por declarações do Sr. Presidente do Governo.

A nova Lei das Finanças das Regiões Autónomas, sem sombra de inconstitucionalidade, veio introduzir finalmente alguns princípios de justiça elementar, designadamente ao levar em linha de conta no âmbito da fórmula a apurar concretamente as verbas a transferir em materialização dos princípios da subsidiariedade e da solidariedade e para exercício das competências autonómicas, conceitos como a realidade arquipelágica, a distância entre as ilhas, e destas ao continente português, e critérios como da pequena dimensão e grande dispersão das ilhas e das suas populações.

Conviria apenas, até em homenagem ao esforço clarificador que presidiu à elaboração da Lei, que a mesma fosse pontual e integralmente aplicada pelos seus executores, incluindo as franjas burocráticas. Não é pedir muito...

Ao nível jus-organizativo, e em estrito cumprimento da norma constitucional transitória respectiva, propôs esta Câmara à Assembleia da República, a revisão da nossa Lei Eleitoral. Com alterações cirúrgicas, mas de profundo alcance, designadamente a criação do círculo regional de compensação, aperfeiçoando-se assim a aplicação prática do princípio da proporcionalidade, comando constitucional enformador do nosso Direito Eleitoral; favoreceu-se a formação de uma composição parlamentar, ao nível partidário, mais plural e deu-se carácter regional, ainda que a título residual, ao voto de cada açoriano. O largo consenso que a proposta mereceu, nos Açores e em Lisboa, não deixaram aliás de ser levados em boa conta por V. Exa., Senhor Presidente da República, que em boa hora promulgou e mandou publicar tal revisão.

Por último, temos por indispensável dar directo conhecimento a V. Exa., Senhor Presidente da República, que, há menos de uma semana, deliberou esta Assembleia assumir poderes de revisão estatutária.

Tal decisão, tomada regimentalmente na sequência do ante-projecto de revisão estatutária que deu entrada nesta Câmara a 21 de Setembro último, entronca no trabalho, levado a cabo durante a presente Legislatura, por uma Comissão Eventual criada para o efeito, e que apresentou um projecto integral de reforma estatutária. Lembre-se ainda que, quer o relatório da supra-referida Comissão, quer o ante-

projecto de revisão, quer a deliberação da assunção de poderes estatutários foram deliberações, todas elas, aprovadas por unanimidade.

Com tal revisão é vontade unânime desta Assembleia, e de vários Partidos sem representação parlamentar regional, que foram amiúde consultados ao longo do processo, adentro aliás de um esforço de larga audição e participação da sociedade açoriana, adequar o Estatuto Político-Administrativo às profundas mudanças introduzidas pela VI Revisão Constitucional em matéria autonómica, desde logo ao nível do paradigma conformador da nossa competência legislativa; conferir a esta Lei especial o carácter de Lei Básica da Autonomia, reforçando o seu carácter político e adequando-o às novas realidades, designadamente na relação da Região com a República, o Poder Local e a União Europeia; densificar o conceito de autonomia como realidade constitucional impostergável e seu limite material de revisão, concretamente perante leis avulsas de transferências de poderes já anteriormente transferidos, e que mais não são do que respostas políticas avulsas e atabalhoadas ao chumbo referendário da regionalização; actualizar e dar nova arrumação sistemática ao diploma estatutário, face à evolução normativa do nosso ordenamento jurídico entretanto ocorrida e resolver velhas querelas, designadamente ao nível do direito dominial.

É pois para nós um imperativo político rever o Estatuto, na sequência da revisão constitucional de 2004, e também do movimento reformador autonomista e estatutário que perpassa a Europa que nos é mais próxima.

De resto, é nossa convicção que só um bloco constitucional coerente e homogéneo permitirá retirar da VI Revisão Constitucional todas as suas virtualidades, e da mesma fazer, posteriormente, um juízo objectivo. Pelo que a aprovação pela Assembleia da República desta reforma estatutária será também para nós a reconfirmação da vontade do Legislador constituinte de 2004, a sua operacionalização e a sua clarificação.

Também para que aqui, sem dúvidas nem tergiversações, se cumpra o Estado de Direito: o Legislador legisla, e o Julgador aplica a Lei.

Senhor Presidente da República:

Tenho a certeza que desta sua visita aos Açores resultará um reconhecimento, mais preciso e mais actualizado, deste Portugal Atlântico. Da parte de V. Exa., a atenção e solidariedade para com os Açores e os Açorianos são evidentes, no gesto e na acção. E perdurarão, estou certo, para além dela.

Por isso, só podemos tentar retribuir de uma maneira: prometendo que, dentro daquilo que podemos, sabemos e nos compete, tudo continuaremos a fazer, sem desfalecimentos, para que a Pátria Portuguesa perdure e se engrandeça, no concerto das Nações.

Viva os Açores! Viva Portugal!

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, do CDS/PP, dos Membros do Governo e dos convidados)

Presidente: Senhor Presidente da República, Excelência, Senhor Representante da República, Senhor Ministro da Presidência, Senhor Presidente do Governo Regional, Excelências, Senhores Deputados à Assembleia da República e Assembleia Legislativa, Distintas Autoridades Cíveis, Militares e Eclesiásticas, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

As minhas primeiras palavras neste momento solene, são de saudação e reconhecimento pela presença de Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, nesta sessão legislativa Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Bem-vindo, Senhor Presidente a este órgão democrático e plural da autonomia regional, eleito por um povo que vivendo nestas ilhas atlânticas há mais de cinco séculos, traça desde há trinta e um anos muito do seu próprio destino colectivo.

Saúdo também com o maior apreço Vossas Excelências Senhor Ministro da Presidência, Senhor Representante da República e Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores.

Cumprimento ainda os senhores deputados dos diversos parlamentos e membros do governo, as demais autoridades cíveis, militares e religiosas e todos os ilustres

convidados, cuja presença muito nos honra nesta cerimónia de tão elevado significado.

Senhor Presidente da República:

Está Vossa Excelência, desde há alguns dias, no arquipélago dos Açores, outrora “ilhas adjacentes” e hoje Região Autónoma portuguesa, por força das transformações operadas no nosso País, em Abril de 1974 e consagradas na Constituição da República de 1976.

Correspondendo a aspirações antigas no espírito de muitos açorianos que não se conformavam com o abandono, o isolamento e o centralismo de outros tempos e procurando responder aos graves problemas de natureza económica e social que atingiam estas ilhas, os constituintes de 76 inscreveram na lei fundamental um novo sistema descentralizado, num Portugal democrático, valorizador de todas as partes que compõem o território nacional e respeitador das diversidades históricas e culturais.

Os anos passaram, ultrapassaram-se obstáculos e as autonomias aí estão, consolidadas e legitimadas pelo tempo e pelos cidadãos.

Expressão também de solidariedade entre todos os portugueses e factor de coesão nacional, a autonomia regional tem-se revelado um precioso instrumento de progresso e desenvolvimento para todos os açorianos.

Queremos que assim continue, na certeza de que a pátria se enriquece e fortalece com o bem-estar de todos os portugueses, ainda que vivam em espaços distantes e porventura economicamente mais frágeis.

Durante todo este percurso a autonomia regional foi-se aperfeiçoando e, na sequência de importantes revisões constitucionais foram-se clarificando poderes e competências.

Mais recentemente e já na actual legislatura, procedeu-se à revisão da Lei Eleitoral e da Lei de Finanças das Regiões, promulgadas já por Vossa Excelência, seguindo-se agora a revisão do Estatuto Político Administrativo cuja aprovação final neste parlamento deverá ocorrer no final do presente mês de Outubro. Competirá depois à Assembleia da República o respectivo debate e aprovação final.

Esta legislatura, que terá o seu fim em 2008, ficará assim marcada, no plano institucional, como uma das mais fecundas do processo autonómico regional.

Considerando o amplo consenso gerado até aqui entre todos os partidos políticos, e já referido pelos oradores que me antecederam, creio poder assegurar que a ante-proposta de revisão do Estatuto Político Administrativo a apresentar à Assembleia da República merecerá a aprovação unânime de todas as bancadas representadas neste hemiciclo.

Este facto, quanto a mim da maior relevância política, merecerá, estou certo disso, a devida valorização por parte dos órgãos de soberania envolvidos no processo, já que o documento em apreço sintetiza a vontade de todos os açorianos representados no Parlamento da Região Autónoma dos Açores.

Senhor Presidente da República, Autoridades, Convidados, Minhas Senhoras e meus Senhores:

No plano da realidade sócio-económica, as virtualidade do sistema autonómico têm sido evidentes, acentuando-se nos últimos anos uma assinalável dinâmica, apesar de alguns flagelos da natureza que temos sabido superar e das crises e constrangimentos que têm afectado o nosso País, a Europa e o Mundo.

São visíveis e expressivas as melhorias verificadas em todas as áreas sociais designadamente na saúde, na educação e nas diversas vertentes da solidariedade social, bem como nas áreas económicas no que se refere ao investimento e às empresas, ao turismo, aos transportes, à agropecuária e às pescas, não obstante as dificuldades derivadas da reduzida dimensão do mercado, das distâncias e de outras limitações próprias da condição insular.

Importa prosseguir este caminho, com esperança, com confiança e com determinação. Temos plena consciência da nossa realidade, conhecemos bem as nossas potencialidades e os obstáculos que temos de superar.

Sabemos também que, apesar da extensão de mar que nos envolve, não somos imunes à influência dos novos equilíbrios geo-estratégicos, aos conflitos bélicos que persistem, às gravíssimas situações de desigualdade humana, ao fundamentalismo e à violência, entre muitos dos problemas existentes à escala global.

Acreditamos porém que sendo herdeiros daqueles que há mais de quinhentos anos se fixaram nestas ilhas, desafiando o mar e a natureza, temos a alma e a coragem necessárias para enfrentar o futuro, assegurando a continuidade de Portugal nestes rochedos de lava que emergem no meio deste mar Atlântico.

Disse.

(Aplausos da Câmara)

Vai usar da palavra Sua Excelência O Senhor Presidente da República.

Presidente da República (*Dr. Cavaco Silva*): Senhor Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, Senhor Representante da República, Senhor Presidente do Governo Regional, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e meus Senhores:

Tem para mim um especial significado usar da palavra, pela primeira vez, como Presidente da República, nesta casa da democracia açoriana.

Agradeço-lhe, Senhor Presidente, as suas palavras e cumprimento muito calorosamente os Senhores Deputados da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, representantes legítimos das aspirações e da vontade dos habitantes deste arquipélago.

Na qualidade de primeiros responsáveis pela concretização da autonomia político-administrativa dos Açores, os Deputados do parlamento regional são também os principais garantes do sistema autonómico e da sua articulação com a soberania da República.

Senhores Deputados,

Mais de trinta anos volvidos sobre a entrada em vigor da Constituição da República, não existe hoje em Portugal uma «querela autonómica» nem um «contencioso das autonomias» verdadeiramente digno desse nome. A existência das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira não suscita a mínima controvérsia entre os Portugueses e pode dizer-se que é absolutamente consensual a ideia de que foi correcta a opção do legislador constituinte.

A consagração constitucional da autonomia, de uma autonomia política e não meramente administrativa, é, na verdade, a solução que melhor se coaduna com o

interesse nacional. É ela que permite uma conjugação harmoniosa entre unidade e diversidade, que garante o reconhecimento das especificidades regionais, no respeito pela integridade da soberania do Estado, e que mais favorece a coesão nacional.

A autonomia das regiões insulares é uma das criações mais frutuosas da democracia portuguesa.

Assim, antes de avaliarmos se a actual dimensão da autonomia já é suficiente ou ainda é deficitária, deveremos congratular-nos por termos sabido encontrar uma solução jurídico-constitucional que, ao longo de três décadas, foi fonte de progresso económico e social e assegurou uma sã convivência entre todos os Portugueses.

De facto, quando olhamos para exemplos de Estados onde a fractura entre unidade e diversidade é um problema real e até dramático, deveríamos, nem que fosse por breves instantes, saudar aqueles que, através da fórmula do Estado unitário regional, souberam encontrar um saudável equilíbrio entre dois princípios estruturantes da República Portuguesa.

É, pois, devida uma palavra de reconhecimento aos deputados constituintes e à sabedoria que evidenciaram em 1976. Mas também é justo sublinhar o papel dos responsáveis pelos órgãos de governo próprio das Regiões que, no essencial, sempre defenderam o aprofundamento da autonomia sem pôr em causa a unidade nacional e contribuíram decisivamente para a demonstração prática da correcção do modelo escolhido.

A busca de um equilíbrio entre a integridade do Estado e a autonomia das Regiões e, acima de tudo, a concretização prática dos grandes princípios enunciados na Lei Fundamental nem sempre foram isentas de tensões. Mas essas tensões são próprias da dinâmica da autonomia regional e, dentro de certos limites, os atritos com o poder central são prova de que a autonomia é uma realidade viva que pretende afirmar-se e adaptar-se às mudanças dos tempos.

Senhores Deputados,

Não compete, naturalmente, ao Presidente da República desenhar a arquitectura constitucional do sistema autonómico. O leque de poderes atribuído às Regiões Autónomas, seja na versão originária seja nas suas subsequentes revisões, é matéria da competência exclusiva da Assembleia da República. Nesta sede, o que se oferece

dizer, numa apreciação global, é que os órgãos de governo próprio dispõem hoje, sobretudo em virtude das últimas revisões da Constituição, de um conjunto vasto de atribuições, competências e poderes.

E pode ainda dizer-se que os grandes desafios que se colocam ao futuro das autonomias passam, hoje, mais pelas políticas adoptadas do que pela consagração formal de novas competências e de novos poderes.

Na verdade, independentemente de aperfeiçoamentos que venham a ser introduzidos no futuro, o tempo é de concretizar as atribuições que a Constituição confere às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, de desenvolver no terreno os poderes que os órgãos de governo próprio possuem e de aprofundar a solidariedade entre as diferentes partes do todo nacional, num espírito de diálogo frutuoso entre os órgãos regionais e as autoridades da República.

Senhores Deputados,

Tenho acompanhado de forma particularmente atenta o processo político, económico e social açoriano. Essa é a obrigação natural do Presidente da República, enquanto garante da unidade do Estado. E a circunstância de os Representantes da República para as Regiões Autónomas serem nomeados pelo Presidente da República e responderem exclusivamente perante ele é um motivo adicional para que o Presidente procure conhecer de perto a realidade insular e os seus problemas.

Desejo, por isso, reiterar a minha confiança nos Representantes da República para as Regiões Autónomas, que aqui saúdo, fazendo votos de que os mesmos disponham de um estatuto adequado ao cabal exercício das suas competências de representação da soberania da República.

Desejo, também, enaltecer a força de vencer das populações açorianas. Ainda recentemente, ao deslocar-me aos Estados Unidos, contactei diversas comunidades portuguesas da diáspora, em que se integram muitos cidadãos vindos dos Açores. Em todos encontrei o mesmo inconformismo, o mesmo desejo de ultrapassar dificuldades e, também, o mesmo sentido de ligação às ilhas de onde partiram.

É esse o espírito do povo açoriano, o espírito que sempre marcou desde o mais humilde habitante destas ilhas às grandes figuras da vida pública nacional, como

Manuel de Arriaga ou Teófilo Braga, ou aos nomes maiores da nossa cultura, como Antero de Quental, Vitorino Nemésio ou Natália Correia.

Tenho, por isso, confiança em que os açorianos saberão aproveitar as oportunidades que o futuro próximo lhes oferece.

Estou certo de que, com os apoios previstos no Quadro de Referência Estratégico Nacional, os Açores darão novo impulso ao processo de desenvolvimento económico e social que se vem registando desde há anos, sobretudo desde a nossa adesão às Comunidades Europeias.

A União Europeia veio mostrar que o princípio da solidariedade não envolve apenas o Estado e as suas regiões insulares; deve igualmente nortear a relação de toda a Europa com os seus espaços ultraperiféricos.

Senhores Deputados,

Um parlamento é, por essência, a morada do pluralismo. Os representantes do povo, aqui reunidos, pertencem a diversas forças partidárias, perfilham sensibilidades ideológicas distintas, têm ideias próprias quanto aos destinos desta Região Autónoma.

A nobreza do trabalho parlamentar decorre justamente da capacidade de representar de modo frutuoso a pluralidade das opiniões e das tendências existentes numa sociedade. E, como é evidente, a sociedade açoriana não foge a esta regra. Coexistem aqui opiniões diferentes quanto ao governo da Região, orientações diversas para o futuro dos Açores.

Este pluralismo, e a riqueza que dele se retira, constituem um património que a vós, Senhores Deputados, cabe preservar. A diversidade de opiniões é atestado da maturidade da vida pública da Região e do empenhamento cívico das suas gentes.

Estou certo de que os Deputados desta Assembleia têm o sentido de responsabilidade necessário para assegurar um relacionamento saudável com as autoridades da República e de que estas estão empenhadas no desenvolvimento de um diálogo frutuoso com os órgãos de Governo próprio da Região.

Estou certo, também, que o pluralismo espelhado nestas bancadas é um valor essencial, que jamais será posto em causa. Daí a minha esperança de que, em articulação com os poderes centrais e através da obtenção de consensos quanto aos

grandes desígnios insulares, será possível aprofundar de forma equilibrada a autonomia dos Açores e promover o seu progresso.

Senhores Deputados,

Ao visitar os Açores, não podia perder de vista a importância que o mar possui para esta Região. Os Açores sempre constituíram uma plataforma fundamental de apoio à navegação e ao início das rotas comerciais atlânticas. Foi a partir destas ilhas que se fixou uma das mais importantes bases da expansão marítima portuguesa, o que mostra a singularidade histórica dos Açores e o seu papel natural de ponto de encontro da terra com o mar.

Por isso, ao realizar aqui uma jornada do Roteiro para a Ciência dedicada às Ciências e Tecnologias do Mar, pretendi associar a minha visita à preocupação pelos oceanos, que expressei desde o início do meu mandato.

Na verdade, logo ao tomar posse como Presidente da República, tive ocasião de dizer:

«É tempo de prestar ao mar uma nova atenção. A vasta área marítima sob jurisdição nacional, que nos posiciona como uma grande nação oceânica, ponte natural entre a Europa, a África e a América, encerra potencialidades económicas e um valor estratégico que não podemos ignorar. O mar, para além do seu significado histórico, constitui, para Portugal, uma enorme oportunidade».

Os Açores, ao longo da História, são um exemplo da convivência única que os Portugueses souberam estabelecer com os oceanos. É difícil encontrar melhor local e melhor ocasião para lembrar este tema do que esta sessão no parlamento açoriano.

O mar é um património que Portugal deve preservar e saber aproveitar. Constitui, porventura, o nosso mais importante activo de futuro.

Os açorianos, que desde há séculos souberam explorar as potencialidades oferecidas pelo Atlântico, compreenderão certamente o sentido deste meu apelo. Um apelo que se dirige a todos os Portugueses, mas que hoje faço, muito calorosamente, aos habitantes de uma terra a que, com inteira razão, já chamaram as «Ilhas Encantadas».

Muito obrigado.

(Aplausos de pé da câmara).

(Neste momento ouviram-se os Hinos Regional seguido do Nacional)

Presidente: Em nome de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, declaro encerrada esta sessão solene.

Muito obrigado.

Eram 17 horas e 15 minutos.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Hernâni Hélio Jorge

Nuno André da Costa Soares Tomé

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

—

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco